

Tradução

Antonio Gramsci: escritos juvenis publicados entre 1916-1918*

Introdução

Da extensa obra de Antonio Gramsci, selecionamos alguns escritos publicados em jornais entre 1916 e 1918. São artigos que trazem, indiretamente, uma significação política, visto que esta permeia a vida social na medida em que a sociedade moderna se cinde em classes sociais antagônicas. Dos escritos aqui traduzidos, dois ao menos (*Elogio da cor vermelha* e *A máscara*) trazem uma significação simbólica e metafórica que os tornam de grande atualidade, lembrando o transformismo político, prática de cooptação que se tornou comum no cotidiano das disputas pelo poder.

Em *A Ideia territorial*, encontramos uma reflexão sobre a noção de pertencimento, básica para construir-se uma identidade de classe. O artigo *A passividade* também nos remete ao cotidiano do cidadão abandonado pelo Estado, sem saber a quem recorrer para defender seus direitos. Abre possibilidades de reflexão sobre a necessidade de formação política para alertar sobre compromissos sociais de cada um para com o todo social e para entender que muita dor e sofrimento são “devidos somente ao fato de que os administradores não tinham alguma capacidade para a sua delicada tarefa”. Já *A Universidade Popular* e *A escola e o Jardim* abrem-nos mais diretamente para a reflexão sobre a educação popular, a necessidade de propor novos currículos e novas práticas educativas que possibilitem às classes trabalhadoras o acesso ao conhecimento historicamente produzido.

Todos os artigos têm uma dimensão histórica, inserem-se no debate político daquele momento da história italiana do qual Gramsci participa como jornalista e, também, como iniciante na militância política. Para nós, são importantes na medida em que, mantidas as devidas proporções, nos possibilitam reconhecer neles traços da nossa realidade, das nossas lutas no contexto do processo educativo e da formação das classes populares.

* Trechos da obra de Gramsci selecionados por Anita Helena Schlesener (Universidade Tuiti do Paraná). Tradução de Ana Paula Schlesener. Revisão de Anita Helena Schlesener. E-mail: <anitahelena1917@gmail.com>.

Elogio da cor vermelha

E havia também uma bandeira vermelha;¹ entre tantas bandeiras havia também uma bandeira vermelha. Certamente, a cor era vermelha, objetivamente devia ser vermelha. Era uma bandeira entre muitas, demasiadas bandeiras e, nelas, também devia objetivamente existir a cor vermelha. Aconteceu aquilo que acontece entre as cores. As cores simpatizam entre si e unem-se em ternas confusões, em doces tons. Assim aconteceu para aquela bandeira: todas as outras cores simpatizavam com ela, ela que estava imersa entre tantas bandeiras, entre tantas cores e se confundia, se deixava absorver.

Ainda que aquela bandeira fosse objetivamente de cor vermelha. O observador imparcial, reunindo no pensamento abstrato as sobreposições sintéticas do quadro geral devia concordar: aquela bandeira é vermelha.

Não é o habitual vermelho das bandeiras vermelhas. As habituais, velhas, convencionais bandeiras vermelhas cortam claramente a pupila e nela se fixam; são como uma ferida dilacerada que brilha; elas recordam verdadeiramente uma chaga que não cicatriza, porque mãos impertinentes rompem as extremidades e fazem jorrar novo sangue.

Aquela bandeira não era uma ferida; estava para a lesão como a mancha de tomate que os comediantes, morrendo de morte violenta nos palcos dos teatros de província, aplicam na testa, espremendo no punho fechado o econômico fruto do tomateiro. Não era uma ferida: talvez porque os doentes, os feridos colocam-se sob o aspersório de um cardeal para que os banhem com a água santa? Pois bem, aquela bandeira, objetivamente vermelha, foi sob o santíssimo Sacramento e foi consagrada pelo aspersório de um cardeal.

Não queimou a ferida, não sentiu na carne viva a salgada mordida da água santa; não havia ferida, não havia carne viva, o vermelho era objetivamente vermelho como o molho de tomate.

E a bandeira continuou a vagabundear entre as muitas outras bandeiras. Iniciada, a carreira das honras é fácil e aveludada. Curvou-se diante do representante do governo; a ferida não se sentiu alargar as extremidades sanguinolentas das mãos insolentes, não jorrou mais vermelho de sangue. Ao contrário, as muitas, as demasiadas bandeiras uniram-se mais estreitamente, e a simpatia inata apertou o nó da variedade de tantas cores. A bandeira foi absorvida, o pouco vermelho objetivo confundiu-se ainda mais no redemoinho; uma papoula em uma cesta de beterrabas e salada.

Pobre cor de sangue vivo, pobre cor de bandeiras acostumadas a restarem solitárias, que permanecem sós, pobre cor que, na multidão, parece uma ferida recente. Naquela multidão, entre as muitas, demasiadas outras bandeiras, desaparecia, apagada, absorvida na variedade do redemoinho, empalidecida pela água do aspersório de um cardeal; mas iniciastes a carreira, terás sorte, considerado que te contentarás do teu desaparecer, considerado que não pedes que, por dissolver-te, precisamente como o molho de tomate, tempero saboroso para os estômagos robustos, que têm muito, demasiado apetite.

26/06/1918. GRAMSCI, A. **Sotto la Mole (1916-1920)**. Torino: Einaudi, 1975a. p. 414-415.

¹ Gramsci refere-se a uma bandeira vermelha presente na cerimônia do juramento de resistência até a vitória, que aconteceu em 23 de junho diante da Igreja da Mãe de Deus em Turim.

A ideia territorial

Não encontro um outro adjetivo. A língua italiana não tem um outro adjetivo e esse fato também tem a sua significação. Não se poderia traduzir em italiano nem a palavra, nem o conceito que, em francês, soa *déraciner* (desenraizar), *déracinement* (desenraizamento), nos livros, por exemplo, de Maurizio Barres. Essa é uma ideia essencialmente histórica, que pressupõe um longo trabalho de penetração cultural, e não pode tornar-se patrimônio das consciências pelo caminho do raciocínio porque é um hábito mental que se recebe da coletividade, assim como a linguagem, como a fé. Não se trata somente de sentir-se parte de um todo social que se chama Itália, ou França, ou Alemanha, formado de agrupamentos humanos que têm, além dos caracteres genericamente abstratos de humanidade, também os caracteres nacionais específicos, criados por meio de uma diferenciação histórica. Trata-se também de perceber os limites territoriais deste tudo; fazer perceber territorialmente que a pátria é o fim concreto que se propõe a educação nacionalista, a qual encontra o momento mais adaptado psicologicamente para a sua propaganda em tempo de guerra, quando as fronteiras se tornam uma coisa viva, que sangra, que é ferida e lacerada pela fúria bestial da luta de conquista.

Contudo, faz-se a crítica aos socialistas por não viverem essa ideia. Também aqueles que não acreditam em ideias inatas, que não acreditam no princípio natural, que igualam perfeitamente civilização e história, culpam os socialistas de não terem uma ideia territorial da pátria, da nação. Caem no velho preconceito evolucionista pelo qual se imagina a história como um férreo suceder-se de momentos sucessivos, por meio dos quais todos os homens devem passar, se não quiserem diminuir a sua humanidade. Do indivíduo à família, à tribo, ao campanário, ao município e assim por diante. A natureza não dá saltos, portanto, os socialistas são idólatras e o internacionalismo é uma mitologia podre. O cidadão deve ter uma ideia territorial se quiser ser perfeitamente homem, se quiser ser completamente ele mesmo.

No entanto, não há evolução nas ideias. As ideias tornam-se, sim: mas tornam-se ação, se forem vitais, ou seja, se representam uma necessidade. Não há passagem de ideia para ideia: há substituição. Toda nova formação social que apareça nos limites da história traz consigo ideias que, tornando-se ação, servirão para satisfazer as necessidades de sua vida futura. O proletariado não pode viver a ideia territorial da pátria, porque ele não tem história, porque nunca participou da vida política, porque não tem tradições de uma vida coletiva que ultrapasse os limites dos municípios. Tornou-se ser político por meio do socialismo; na sua consciência, o território não tem concretude espiritual; a necessidade nacional não ressoa em nenhuma recordação específica de paixão, de dores, de mártires específicos. A sua paixão, as suas dores, os seus mártires, ele os teve por uma outra ideia, pela libertação do homem de toda escravidão, pela conquista de toda possibilidade do homem como tal, que não tem território e que não conhece limites além das inibições de sua consciência. Para o socialismo, o homem, assim, retornou a seus caracteres genéricos: eis porque falamos tanto de humanidade e queremos a Internacional.

03/11/1916. GRAMSCI, A. **Sotto la Mole (1916-1920)**. Torino: Einaudi, 1975a. p. 257-258; CT. p. 608-609.

A máscara

“Oh, por que Júpiter não imprime sobre o rosto de cada homem o sinal invisível do seu caráter?” - exclama Medeia na tragédia de Eurípides.

Esse é o desejo póstumo de todos os enganados. A dor que se sente ao descobrir que se foi vítima de um enganador é acrescida do dever de constatar a própria ingenuidade, de ser constrangido a reconhecer que, se não tivesse confiado, se tivesse sido um pouco mais esperto, não se teria caído na armadilha. Medeia, no fundo, com a sua exclamação, relança a culpa aos deuses, pelo fato de não dar aos homens os elementos suficientes para poder agir com segurança, para poder discernir de imediato quem pode ser um malandro de quem é verdadeiramente honesto. Nós, na verdade, nestes tempos de psiquiatria e de antropologia criminal, não deveríamos poder mover a mesma crítica às forças desconhecidas que regulam a vida humana, embora os antropólogos sejam também, muitas vezes, vítimas, como o comum dos mortais, de vigaristas e trapaceiros? Contudo, devemos ser agradecidos àquelas quatro mulheres veteranas da feira de Novara, com as quais os policiais encontraram todo o necessário para concluir que, mesmo não tendo sido surpreendidas em flagrante, eram possíveis batedoras de carteira. Ora, não se costuma levar, na quaresma, máscaras, perucas, véus, sem que a polícia tenha todo o direito de suspeitar e de prender. Não acontece todos os dias a sorte de poder encontrar quem não espera dos deuses a marca de fábrica e o leva ele próprio na carteira ou na bolsa. Muitas críticas foram feitas aos guardas pela sua cegueira, pela sua falta de instinto. Um sarcástico escritor vienense (é possível citar um escritor vienense?), Carlo Kraus, chegou ao ponto de afirmar: “a maior sorte que sempre coube à polícia é que 75% dos presos não conseguem demonstrar a sua inocência!”. Imaginem um pouco com que alegria o policial, que seguiu com seu olho de lince as quatro viajantes de Novara a Turim, notou nos seus rostos os sinais progressivos da perturbação, da confusão, descobrindo nas suas bolsas as máscaras e as perucas. Nem se tivesse descoberto algumas dezenas de relógios e de anéis teria ficado tão contente. Porque não apanhava os delinquentes culpados de delitos materiais já cometidos, mas prevenia toda uma possível série de crimes futuros. Prevenir, não punir, gritou-se sempre, deve ser a tarefa da justiça equilibrada, consciente do seu próprio dever.

Pois bem! Não temos nada a opor. Estamos aqui persuadidos que todos os homens desde a primeira infância se habituem a colar sobre o seu rosto uma máscara de honestidade, de seriedade, de cavalheirismo que, no fundo, não seria extremamente difícil de arrancar se as conveniências sociais não impusessem deveres e obrigações mais fortes do que a própria coerção violenta. Se um estúpido ou uma boba prefere levar a sua máscara na bolsa, o dedo de Deus faz alguém descobrir, sua culpa. Não devia ser estúpido ou boba e devia fazer como os outros. Não se faz *o pickpocket* nos trens, ainda se de Novara a Turim, sem já naturalmente possuir três ou quatro ou tantas máscaras necessárias para a própria maquiagem.

Mas verão! As quatro mulheres conseguirão demonstrar... a sua inocência, as máscaras da bolsa, o grande vexame da polícia, serão demonstrados muito mais inofensivos que as inúmeras máscaras que os homens carregam nas ruas, que serão sempre aquelas das quais devemos especialmente observar, porque, somente depois de sermos enganados, nos daremos conta de que são máscaras e não rostos.

16/03/1916. GRAMSCI, A. **Sotto la Mole (1916-1920)**. Torino: Einaudi, 1975a. p. 77-78; CT. p. 199-200.

A passividade

A ausência de pensamento caracteriza a ação política da classe dirigente. Experimentando e repetindo, é o lema, desviado de seu lugar natural – a ciência experimental, que tenta e experimenta sobre a matéria bruta – e que, transportado para a política e a administração, as quais atuam sobre homens que, no experimentar e no repetir, sofrem, são prejudicados, explorados de todos os modos.

Acontece assim que a mola do desenvolvimento histórico não seja o pensamento, mas a dor, o mal. O pensamento, prevendo as consequências lógicas de uma premissa, delibera de agir imediatamente como se aquelas consequências se tivessem verificado e, portanto, evita o mal e o sofrimento: a história desenvolve-se então com uma certa harmonia, as correções a introduzir na organização dos institutos necessárias para a convivência social se reduzem ao mínimo, àquele mínimo de imprevisível que está contido na realização de todo fato humano. A ausência de pensamento, o empirismo que avança tateando de experiência em experiência, deixa que o mal se acumule, que os sofrimentos se multipliquem: quando a vida se torna insuportável, ocupa-se e retira a premissa que, de todo aquele mal, de todo aquele sofrimento, foi a fonte envenenada. A história avança, assim, por eliminação de passividade: é um fracasso perene, uma revisão perene de contas erradas, fracassos e erros não necessários, mas devidos somente ao fato de que os administradores não tinham alguma capacidade para a sua delicada tarefa.

Reconhecemos, portanto, no mal, o salvador da sorte progressiva dos homens, a segurança de que, ao fim, alguma coisa se fará; a praga, a cólera, a varíola, forçaram, com as tragédias de outros tempos, o exercício metódico de normas higiênicas que protegessem da repetição das tragédias. Os males que hoje se verificam forçarão a reflexão e os cuidados para o futuro. Esperamos que a passividade esbugalhe os olhos, que represente um perigo: a paciência já se tornou a primeira virtude cardeal do homem político e social.

Uma, duas, três, dez, vinte vezes. Alguns Malandros se apresentam de noite a uma portaria. Acordam os moradores. Declaram-se agentes da polícia com ordens de um delegado para examinar os apartamentos, a fim de assegurarem-se que, na casa, não estejam escondidos fugitivos especiais, etc. Falam com aquela segurança e prepotência que são próprias aos representantes da lei que sabem estar acima de qualquer lei. À mínima objeção, distribuem largamente cacetadas, preludio das cenas selvagens que se exercem no comissariado. O cidadão, abandonado por qualquer força humana, conhecendo, ou por dolorosa experiência própria ou por experiência contada, os costumes da “justiça”, deixa o ingresso livre e por uma, duas, três, dez, vinte vezes os apartamentos são saqueados pelos assaltantes.

“O que fazer?”, pergunta-se o cidadão. Esperar, não há o que fazer senão esperar. Que os atos se multipliquem, que os assaltantes conquistem sempre uma maior confiança na impunidade e aumentem o campo de sua ação. Que se torne sua vítima algum cidadão importante e que a grande propriedade esteja em perigo. Então a opinião pública estará saturada. Então se dirá: mas por que não se procura uma maneira para que os cidadãos distingam imediatamente um assaltante de um agente da polícia? Por que os agentes de polícia não andam uniformizados? Por que não se acaba com o agente à paisana, que determina esses equívocos e gera a possibilidade desses malfeitos?

Deixem que a passividade se acumule e coloque em perigo de fracasso os bem-pensantes e os indiferentes na fábrica da “ordem”. Experimentando e repetindo, se chegará a providenciar.

O desenvolvimento da história é assim, nas pequenas e nas grandes coisas.

16/06/1918. GRAMSCI, A. **Sotto la Mole (1916-1920)**. Torino: Einaudi, 1975a. p. 411-413.

Labirinto

Não seria difícil rastrear nas objeções que o companheiro Bertero moveu à proposta do cotidiano socialista os caracteres específicos de uma determinada “tendência”. No entanto, isso tem uma importância relativa; neste momento: é mais importante demonstrar que aquelas objeções são absurdas em si mesmas, que colocar-se a teorizar sobre sua origem lógica é desperdiçar uma lança supérflua contra um modo de conceber a atividade do nosso partido que, segundo nós, está definitivamente superada e não pode esperar mais alguma cobrança.

Recorda-se com insistência que a organização proletária em Turim não se encontra naquelas florescentes condições que alguns acreditam. E isso se dá como admitido. Mas talvez se queira pretender que um cotidiano iria dificultar de qualquer modo todo o desenvolvimento ulterior desses organismos, e que as energias dedicadas a um jornal desviariam de outros objetivos? Bertero, e quem pensa como ele, perderam-se completamente em um labirinto sem saída, e isso não enobrece quem tem a pretensão de nadar em plena realidade e se ri dos outros, que tem a cabeça entre as nuvens. A organização como fim em si mesma é um obstáculo ao futuro do socialismo e não é de modo algum um propulsor de progresso. Educa o egoísmo, transcende no corporativismo, nas competições de categoria. Pulveriza as forças proletárias, e nós, ao contrário, sentimos a necessidade cada vez maior de unidade, de coesão. Para obter isso, é necessário criar os órgãos competentes, é necessário exigir inclusive sacrifícios, é necessário que a massa amorfa, flutuante, como a chama também Bertero, seja ligada por um entusiasmo, por um hábito intelectual. A organização tem essencialmente fins imediatos, acima de tudo econômicos; serve para constituir as fileiras, que devem ser mantidas sempre completas e compactas por uma ideia geral, por um fim distante, que imponha uma disciplina constante, metódica. Somente a greve realiza atualmente a unidade das organizações; mas a greve não pode durar sempre.

Pois bem, nós estamos preocupados precisamente com esse estado da situação, caro Bertero, e estamos mais próximos da realidade de quanto superficialmente possa parecer. A nossa qualidade de jornalistas não vem ao caso absolutamente, somos sobretudo socialistas e a atividade que agora atribuímos ao jornal é um parêntese, não um programa para o futuro. Muito provavelmente, quando o cotidiano se fará (se se fará), alguém de nós estará longe de Turim e desempenhará tarefas muito mais modestas, embora do mesmo modo úteis. É o Partido Socialista que, em Turim, se encontra diante de uma mudança; a sua ação política e administrativa, a sua eficácia energética não está à altura de sua força efetiva. É necessário que essa força seja valorizada, que tenha um peso maior. A organização beneficiar-se-á muito, porque os italianos infelizmente são mais sensíveis à luta política que àquela econômica e perdem mais tempo a discutir uma frase de Giolitti do que sobre uma lei que acorrenará por vinte anos a sua produção industrial e agrícola. O cotidiano, nas modestas proporções que indicou há alguns dias Ottavio Pastore, poderá cumprir essa tarefa. Será um foco de entusiasmo, será a voz do partido que todos os dias ligará novos espíritos, novas energias. Criará um elemento novo: o hábito e, o mais importante, o afeto às nossas instituições; por isso, fará cessar aquelas flutuações de homens que tanto impressionam Bertero. Saia do labirinto lógico e tendencial no qual se perdeu e ele também se aproximará da realidade, àquela realidade mais verdadeira que não é constituída somente de número e de burocracia, mas também de ideias e de sentimentos.

08/06/1916. GRAMSCI, A. **Sotto la Mole (1916-1920)**. Torino: Einaudi, 1975a. p. 161-162.

A Comuna

Luigi Molinari, com o título: *O drama da Comuna* (Edição da Revista *l'Università popolare*?), publica seis conferências por ele proferidas em Milão durante o ano de 1917. Devemos ser francos com nossos leitores: o impresso é completamente inútil.

Molinari faz uma reconstrução retórica dos acontecimentos, recheada de palavras, cheia de um falso entusiasmo, que não pode deixar algum traço útil. A Molinari falta todo sentido histórico: escreve sobre a Comuna como os livros escolares sobre as cinco jornadas de Milão: muda os termos do entusiasmo, mas não altera a qualidade e a forma; é do pior burguesismo, que manipula um feito proletário em vez de um episódio do Ressurgimento. A Comuna é vista como plantada, como frenesi, como anedota, não como acontecimento que tem suas raízes profundas na história da França contemporânea, que é uma necessidade e, nessa necessidade, encontra a sua justificação e a sua glorificação em confronto aos detratores e polemistas coléricos da burguesia. Não se responde à crítica burguesa com entusiasmo e palavras fortes; isso pode ser cômodo, permite não pensar, não se fatigar; mas não é realmente louvável. Onde vai se esconder o realismo dos subversivos? Onde vão se esconder as críticas que os subversivos não pouparam aos burgueses pela sua ação de embotamento de cérebros, pela falsa educação que ministram, desfigurando os acontecimentos, exagerando o bem, tratando de esconder o mal?

De bem e de mal é tecida a vida, toda a vida, também aquela proletária. Na comuna foram cometidos erros, aconteceram falhas: para que escondê-las? Para que derramar hinos ditirâmbicos em vez de examinar criticamente os acontecimentos para acentuar os valores e observar como os erros, as falhas, são inerentes a qualquer ação humana e não podem, não devem sufocar os valores efetivos? Assim, o impresso de Molinari falta completamente ao objetivo que pretende. Um proletário que se sinta opor a incapacidade administrativa, o empirismo infantil de um chefe comunal não saberá responder com outra coisa que não seja um estrondoso viva, ou se sentirá profundamente humilhado de ter de confessar que não havia jamais pensado nisso, como não havia jamais pensado em controlar os seus fornecedores de mercadoria intelectual e pedir-lhes alimento são e vigoroso, em vez de falsos entusiasmos e de atulhamento de palavras.

16/03/1918, GRAMSCI, A. **Scritti Giovanili (1914-1918)**. Torino: Einaudi, 1975b. p. 192-193.

A Universidade Popular

Temos diante de nós o Programa da Universidade Popular para o primeiro período 1916-1917. Cinco cursos: três dedicados às Ciências Naturais, um de Literatura Italiana e um de Filosofia. Seis conferências sobre vários argumentos: somente duas dessas oferecem, a partir do título, uma certa garantia de seriedade. Perguntamo-nos, algumas vezes, por que não foi possível realizar em Turim um organismo para a divulgação da cultura, por que é que a Universidade Popular permaneceu naquela mísera coisa que é e não conseguiu impor-se à atenção, ao respeito, ao amor do público e por que é que não conseguiu formar um público. A resposta não é fácil, ou é muito fácil. Sem dúvida, problema de organização e de critérios informativos. A melhor resposta deveria consistir em fazer qualquer coisa de melhor, na demonstração concreta que se pode fazer melhor e que é possível reunir um público em torno de um fogo de cultura, desde que esse fogo seja vivo e realmente aqueça. Em Turim, a Universidade Popular é uma chama fria. Não é nem Universidade, nem popular. Os seus dirigentes são amadores em se tratando de organização de cultura. Aquilo que os faz agir é um leve e insípido espírito de beneficência, não um desejo vivo e fecundo de contribuir para a elevação espiritual das massas por meio do ensino. Como nas instituições de vulgar beneficência, tais dirigentes distribuem na escola uma profusão de víveres que enchem o

estômago, produzem, talvez, indigestões ao estômago, mas não deixam um sinal, não têm uma prossecução de nova vida, de vida diferente. Os dirigentes da Universidade Popular sabem que a instituição que conduzem deve servir para uma determinada categoria de pessoas, as quais não puderam seguir os estudos regulares nas escolas. E basta. Não se preocupam de como essa categoria de pessoas consiga se aproximar do mundo do conhecimento de um modo mais eficaz. Encontram um modelo nas instituições de cultura já existentes: imitam-no, pioram-no. Raciocinam mais ou menos dessa maneira: quem frequenta os cursos da Universidade Popular tem a idade e a formação geral de quem frequenta as Universidades públicas: portanto, podemos dar-lhes um suplemento delas. E negligenciam todo o resto. Não pensam que a universidade é a foz natural de todo um trabalho precedente: não pensam que o estudante, quando chega à universidade, passou pela experiência de escolas médias e nelas disciplinou o seu espírito de pesquisa, controlou com método a sua impulsividade de iniciante, tornou-se, em suma, desenvolveu-se lentamente, tranquilamente, caindo em erros e levantando-se, oscilando e voltando ao caminho certo. Esses dirigentes não entendem que as *noções*, separadas de todo este trabalho individual de pesquisa, são, nem mais nem menos, que dogmas, que verdades absolutas. Não entendem que a Universidade Popular, assim como eles a dirigem, se reduz a um ensinamento teológico, a uma renovação da escola jesuítica, na qual o conhecimento vem apresentado algo de definitivo, de apoditicamente indiscutível. Isso não se pratica nem nas universidades públicas. Já estamos persuadidos de que uma verdade é fecunda somente quando se fez um esforço para conquistá-la. Que a verdade não existe em si e por si, mas foi uma conquista do espírito, que se deve reproduzir em cada indivíduo singular, aquele estado de ansiedade que atravessou o estudioso antes de alcançá-la. Portanto, os professores que são mestres dão uma grande importância, no processo educativo, à história de sua matéria. Este apresentar aos ouvintes a série de esforços, os erros e as vitórias por meio dos quais passaram os homens para alcançar o conhecimento atual é muito mais educativo que a exposição esquemática desse mesmo conhecimento. Forma o estudioso, dá ao seu espírito a elasticidade da dúvida metódica que faz do amador o homem sério, que purifica a curiosidade, vulgarmente entendida, e a faz tornar-se estímulo são e fecundo de um conhecimento sempre maior e perfeito. Quem escreve estas notas fala um pouco também por experiência pessoal. Do seu aprendizado universitário recorda com mais intensidade aqueles cursos nos quais o professor lhe fez sentir o trabalho de pesquisa através dos séculos para conduzir à perfeição o método de investigação. Para as ciências naturais, por exemplo, todo o esforço que custou o libertar o espírito dos homens dos preconceitos e dos apriorismos divinos ou filosóficos para chegar à conclusão que as nascentes d'água tem a sua origem na precipitação atmosférica e não no mar. Para a filologia, como se chegou ao método histórico por meio das tentativas e dos erros do empirismo tradicional e como, por exemplo, os critérios e as convicções que guiavam Francesco De Sanctis ao escrever a sua história da literatura italiana, não eram senão verdades que vinham sendo afirmadas a partir de experiências e pesquisas fatigantes, que libertaram os espíritos dos resíduos sentimentais e retóricos que haviam poluído, no passado, os estudos de literatura. E assim para as outras matérias. Era esta a parte mais vital do estudo: este espírito recreativo, que fazia assimilar os dados enciclopédicos, que os fundia em uma chama ardente de nova vida individual.

O ensino, desenvolvido de tal modo, torna-se um ato de libertação. Tal ensino tem o fascínio de todas as coisas vitais e deve afirmar a sua eficácia especialmente nas Universidades Populares, pois aos ouvintes dessas universidades falta precisamente aquela informação intelectual que é necessária para poder inserir em um todo organizado os dados singulares da pesquisa. Especialmente por isso o que é mais eficaz e interessante é a história da pesquisa, a história desta enorme epopeia do espírito humano que, lenta, paciente, tenazmente, toma posse da verdade, conquista a verdade. Como do erro se chega à certeza científica. É o caminho que todos devem percorrer. Mostrar como foi empreendido pelos outros é o ensinamento com resultados mais fecundos. É, além disso, uma lição de modéstia que evita a formação daquele aborrecidíssimo

bando de sabichões, aqueles que acreditam conhecer todo o universo quando a sua memória feliz conseguiu armazenar nas suas rubricas um certo número de datas e noções particulares.

Entretanto, a Universidade Popular, como aquela de Turim, prefere oferecer cursos inúteis e aborrecidos sobre “A alma italiana na arte literária das últimas gerações” ou lições sobre “A conflagração europeia analisada por Vico”, nas quais se atende mais à ostentação do que à eficácia, e a pessoa pequena e pretenciosa do conferencista deforma o trabalho modesto do professor, mesmo sabendo que fala a pessoas sem grande formação.

29/12/1916. GRAMSCI, A. **Scritti giovanili (1914-1918)**. Torino: Einaudi, 1975b. p. 61-64.

A escola e o jardim

A escola e o jardim estão em frente. Quando o sol ainda não tinha sido devorado por sabe-se lá que monstro e iluminava o jardim, agora fechado e deserto, os pequenos estudantes saíam da escola e, antes de irem para casa, corriam ao jardim a fazer meia hora de algazarra.

O jardim era, portanto, a continuação da escola. Observação que não é supérflua porque, ao discutirmos os problemas escolares, nós nos esquecemos sempre dessa continuação e nos lamentamos e criticamos a escola em uma infinidade de defeitos que estão em continuidade na vida social, no ambiente que acolhe os pequenos estudantes logo que saídos da escola: a família, a rua, o jardim.

O jardim estava aberto há alguns dias, o sol o iluminava. As crianças corriam para lá, mas sem fazer barulho: um espetáculo as atraía, sem dúvida interessante para elas, porque se colocavam a uma certa distância, atentas: nova brincadeira, talvez nunca antes vista. Em um banco, um jovem de uns trinta anos, moreno, de cabelos encaracolados, com um chapéu irreverente, sentado ao lado de uma ama-seca; e se agitava, alisava a barriga e estendia os braços todo sorridente e, de vez em quando, pegava na mão da jovem, com a expressão mimética que Angelo Musco coloca nas comédias sicilianas. Os pequenos estudantes olhavam-no atentamente. A continuação da escola era, evidentemente, mais interessante para eles que a própria escola. Sabe-se que as crianças têm uma lógica própria e apresentam raciocínios de uma coerência espantosa. Às onze da manhã, quando a cidade ainda não havia parado o trabalho matutino, ver no jardim um jovem robusto e são, não de aspecto de senhor que vive de renda, gesticular, os mesmos gestos que frequentemente fazem os cães quando a mãe diz para não olhar e acelera o passo, torna-se espetáculo de uma teatralidade gratuita, que não se pode perder por todo o ouro do mundo.

[...]

16/04/1918. GRAMSCI, A. **Sotto la Mole (1916-1920)**. Torino: Einaudi, 1975a. p. 391-392.

Referências

GRAMSCI, A. **Sotto la Mole (1916-1920)**. Torino: Einaudi, 1975a.

GRAMSCI, A. **Scritti Giovanili (1914-1918)**. Torino: Einaudi, 1975b.

Recebido: 01/09/2018

Aceito: 20/09/2018

Publicado online: 26/09/2018

Ana Paula Schlesener

Graduação em Língua e Cultura italiana, com Láurea na *Università per Stranieri di Siena* – Itália.

Anita Helena Schlesener

Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).
